

FUNDAÇÃO
OBRA NOSSA SENHORA DA
PURIFICAÇÃO

Relatório e Contas

2019

**Fundação Obra de Nossa Senhora da
Purificação**

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2019

1 - Introdução

A Fundação da Obra de Nossa Senhora da Purificação, com um fundo patrimonial de 419.170,03 €, tem como atividade principal o apoio social para crianças e jovens, com alojamento.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2019.

O presente relatório contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Fundação, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

Ao longo de 2019, os governos depararam-se com novos desafios, com o crescimento da insatisfação social em alguns países, levando a várias manifestações e protestos, assim como vários desastres naturais, como os incêndios na Austrália, cheias na África Oriental e seca extrema na África do Sul. O aumento das barreiras tarifárias entre os Estados Unidos e os seus parceiros comerciais, não só a China, mas também entre a União Europeia, denegriu o sentimento dos consumidores, tendo gerado também várias desacelerações cíclicas em diversas economias. Apesar de no final do ano terem surgido notícias positivas em torno destas negociações, não foram suficientes para mitigar este sentimento, que poderá repercutir-se também no setor produtivo e tecnológico.

Contudo, ninguém esperava que 2020 fosse assombrado pela pandemia do vírus COVID-19. A atual crise pandémica mostra que, assim como nas alterações climáticas, existem desafios globais a serem colocados, nomeadamente a forte interdependência nos fluxos de comércio de bens e serviços, capitais e pessoas, refletidas em grande parte pelo progresso tecnológico, que, não obstante a melhoria significativa do bem-estar em geral, leva a uma rápida propagação destes choques.

Esta situação revela também a necessidade de resolver as falhas dos mercados, nomeadamente a não consideração de todos os custos económicos e sociais envolvidos no processo de produção. É essencial repensar as cadeias de valor globais, com o intuito de reduzir essa dependência, frisando contudo que a opção por políticas de limitação das relações económicas internacionais não é certamente a solução mais eficiente para mitigar estes desafios.

Na expectativa que os impactos económicos derivados da pandemia tenham reflexo apenas num reduzido espaço temporal, no médio e longo prazo, os governos deverão trabalhar em conjunto para criar regras e taxas comerciais mais justas, de forma a impulsionar o investimento. Nos próximos anos, os governos deverão focar-se em estratégias que levem a um mundo cada vez mais digital, apostando também em políticas que apoiem as energias renováveis, com vista à diminuição das emissões de CO₂, de forma a mitigar os riscos de estagnação do crescimento no médio e longo prazo.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

Após um abrandamento significativo da economia nos últimos três trimestres de 2018, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta para uma estabilização da atividade económica global em 2019. O aumento das tensões comerciais e geopolíticas desencadearam num aumento dos níveis de incerteza, reflectindo-se por sua vez no nível de confiança dos investidores, levando a uma desaceleração do investimento, da produção e do comércio internacional. Assim, o FMI prevê um crescimento global de apenas 2,9% para 2019 – o valor mais baixo registado desde 2008.

Para as economias em desenvolvimento, o FMI prevê um crescimento de 3,7%, reflexo de algumas economias com um maior nível de stresse e baixo desempenho económico, como foi o caso da Índia, bem como de um desaceleramento económico na China, que se prevê que se situe nos 6,1% em 2019.

Nas economias avançadas, esta estabilização da atividade económica, em conjunto com as notícias favoráveis sobre os

acordos entre os Estados Unidos e a China e a diminuição dos receios de uma má negociação do Brexit, reforçaram o sentimento dos mercados financeiros, já sustentado por cortes nas taxas dos bancos centrais, nomeadamente nos três cortes realizados na segunda metade de 2019 pelo banco central dos Estados Unidos (FED).

O mercado accionista também se mostrou positivo nas economias avançadas durante os últimos meses de 2019, e as obrigações soberanas, após ter-se verificado uma queda em setembro, começaram a recuperar também nos últimos meses de 2019. Nas economias emergentes, verificou-se também uma melhoria nos mercados de títulos.

Quanto às principais moedas, verificou-se um enfraquecimento de dois pontos percentuais no dólar americano e no yen japonês, enquanto que o renminbi chinês reforçou-se em cerca de 1,5%. Já a libra esterlina foi apreciada em 4 pontos percentuais desde setembro.

Assim, e tendo por base dados do Banco Central Europeu (BCE), a cotação EUR/USD apresentou um perfil descendente ao longo de 2019, situando-se nos 1,1397 no início do ano, tendo apresentado durante o mês de junho um pico ascendente, chegando aos 1,1394. O valor mais baixo foi registado em finais de setembro, onde atingiu os 1,0889, fechando o ano nos 1,1234. Quanto à libra esterlina, no início do ano apresentava uma cotação EUR/GBP de 0,90165, tendo-se notado uma trajetória descendente até inícios de maio, onde chegou aos 0,8547, começando então a notar-se uma inversão, tendo atingido o seu pico máximo em inícios de agosto, com uma cotação de 0,9282, voltando então a descer, fechando o ano com uma cotação de 0,8508.

Apesar de continuar-se a verificar um aumento na criação de emprego (em alguns casos, num contexto de taxas de desemprego em níveis mínimos), a inflação dos preços do consumidor permaneceu estável nas economias avançadas, tendo-se notado no terceiro trimestre de 2019 uma estabilização no setor produtivo, mas algum enfraquecimento no setor dos serviços.

Quanto ao comércio global, este registou um abrandamento significativo na primeira metade de 2019. Em termos anuais, a OCDE estima um desaceleramento, devendo situar-se em 1,0%, o valor mais baixo desde 2009.

Durante os primeiros meses de 2019, o preço do petróleo apresentou uma tendência marcadamente ascendente, tendo subido cerca de 20 dólares por barril entre janeiro e maio, situando-se nos 70 dólares por barril, devido às fortes restrições do lado da oferta, nomeadamente pelo aumento das tensões no Médio Oriente. Entre junho e novembro registou-se uma trajetória mais moderada, tendo-se registado em meados de novembro um preço de 63 dólares por barril. Para o conjunto do ano, projecta-se um preço de 64 dólares por barril, uma redução de quase 10% face a 2018.

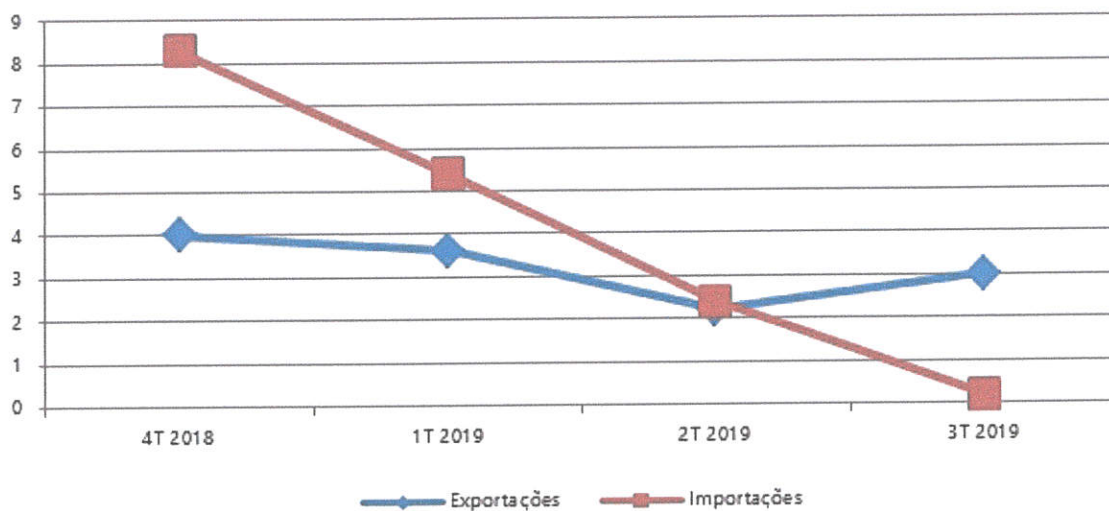
Relativamente aos Estados Unidos, apesar de se ter verificado um crescimento significativo no segundo trimestre de 2019 (2%), a economia americana voltou a estagnar, resultado dos fracos níveis de investimento, bem como do desvanecimento dos efeitos das reformas tributárias feitas em 2018. Para o total do ano, o FMI prevê um crescimento de 2,3%.

Apesar das tensões comerciais com a China terem diminuído, novos riscos apresentam-se, como o anúncio feito pela Boeing sobre a paragem indefinida da produção do seu 737 MAX, aumentando assim o enfraquecimento do setor produtivo. No final do verão, registou-se pela primeira vez desde a última crise financeira uma inversão da yield curve americana. Esta curva é muitas vezes vista como um indicador de recessões económicas.

Quanto ao Reino Unido, durante a primeira metade de 2019 notou-se um abrandamento da atividade económica, num contexto de elevadas incertezas sobre as negociações do Brexit, que se vieram a dissipar ao longo dos últimos meses do ano, especialmente em dezembro, com o resultado das eleições a tornar-se favorável para uma saída ordeira da União Europeia. Em termos trimestrais, e segundo dados do BCE, nos dois primeiros trimestres de 2019 notou-se uma contração económica, começando a recuperar a partir do terceiro trimestre, onde se registou um crescimento de 0,3%, reflexo de um aumento das exportações neste período. Ao longo do ano o consumo privado manteve-se sólido, refletindo um forte crescimento dos salários, tendo também o contributo do consumo público. Por outro lado, o fraco investimento contrabalançou os níveis de crescimento.

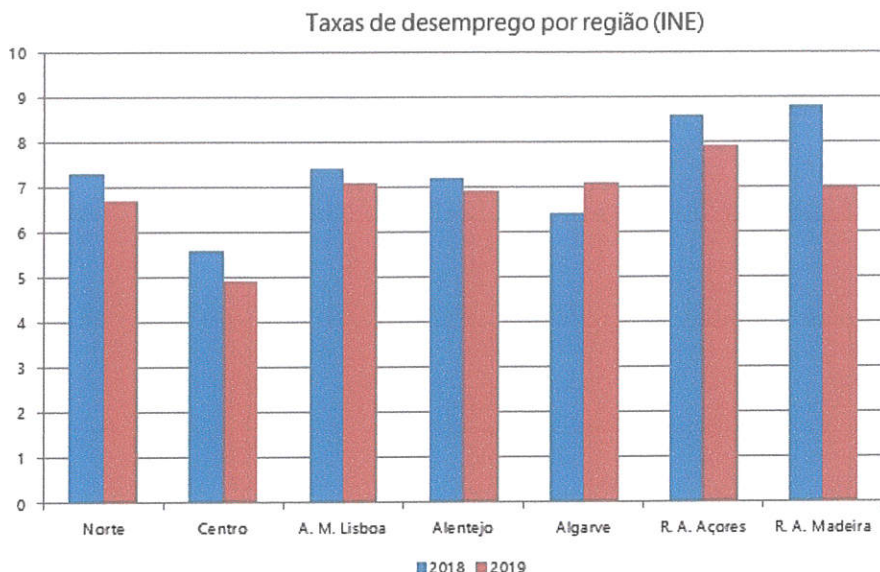
Já a economia europeia encontra-se no seu sétimo ano consecutivo de crescimento, apesar de se notar algum nível de abrandamento, devido sobretudo ao enfraquecimento dos setores comerciais e de produção, ainda assim mitigado pela melhoria na procura doméstica, nomeadamente no investimento. A Comissão Europeia prevê uma taxa de crescimento para 2019 de 1,1% para a zona euro (EA19) e de 1,4% para o conjunto dos países da União Europeia (EU28). Segundo a mesma, os países que mais contribuíram para este crescimento foram a Polónia (+1,3%), a Hungria (+1,1%) e a Estónia (+1,0%).

Exportações e Importações da EA19
Banco Central Europeu e Eurostat
Valores em Percentagem



Em relação ao deficit soberano, manteve-se relativamente estável ao longo de 2019, permanecendo na EA19 nos 0,7% no segundo e terceiro trimestres e nos 0,9% para a EU28, em ambos os trimestres. A Comissão Europeia aponta também para uma dívida pública agregada da EA19 de 86,4% em 2019 e de 80,6% para a EU28. Contudo, em relação ao deficit agregado para 2019, tanto na EA19 como na EU28, prevê-se um ligeiro aumento de 1 e de 2 pontos percentuais, respetivamente, face aos mínimos históricos registados até 2018.

Durante 2019, o mercado de trabalho manteve-se forte, com o desemprego a situar-se no seu nível mais baixo desde o início do século. A Comissão Europeia prevê para a EA19 uma queda da taxa de desemprego de 7,6% e de 6,3% para a EU28. Para o terceiro trimestre de 2019, o Eurostat indica um crescimento do emprego de 0,9% na EA19 e de 0,8% na EU28 em comparação com o mesmo período de 2018. Ainda assim, verificou-se alguma resiliência na criação de emprego.



O crescimento do consumo fez-se também sentir nas Administrações Públicas (AP) que apresentou um saldo positivo de 0,2% do PIB em 2019, reflexo de um aumento da receita superior ao da despesa, com variações de 0,8% e 0,2%, respetivamente. Do lado da despesa, registou-se uma diminuição da despesa de capital em 3,7% e um aumento da despesa corrente de 0,5%. Já a receita total registou um aumento de 0,8%, derivados do aumento de 0,8% da receita corrente e de 2,3% da receita de capital. Este resultado positivo da receita corrente deveu-se ao aumento dos impostos sobre o rendimento e património (0,4%) e das contribuições sociais (1,7%).

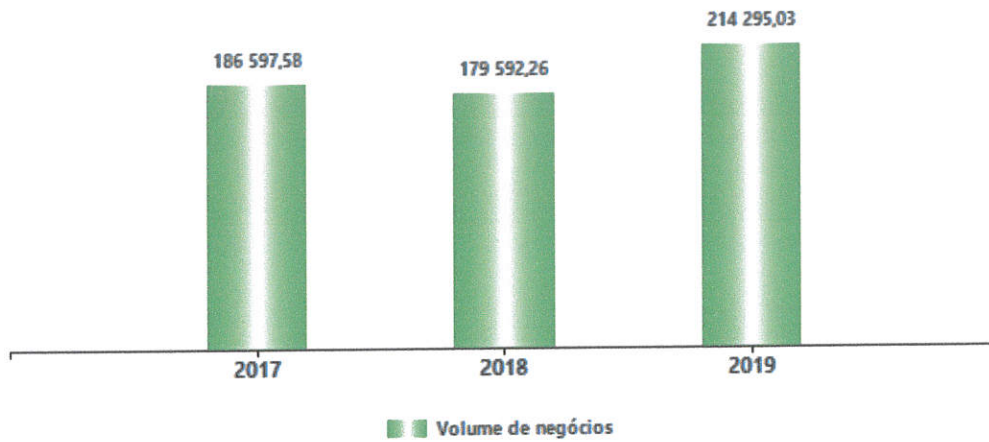
A balança de bens e serviços deverá tornar-se deficitária em 2019, refletindo a evolução da balança de bens, devido ao forte crescimento real das importações, enquanto se prevê uma ligeira diminuição do excedente da balança de serviços. Para o conjunto do ano, a dívida bruta das AP terá atingido os 117,7% do PIB.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

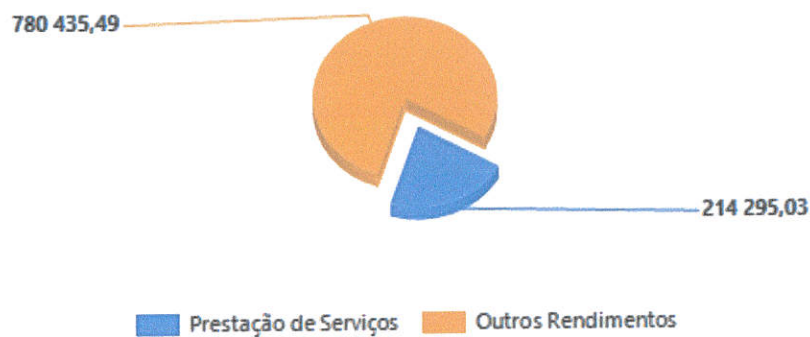
No período de 2019 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela Fundação. De facto, o volume de mensalidades e matriculas atingiu um valor de 214.295,03 €, representando uma variação de 19,32% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes: a maior fatia de rendimentos da Fundação é maioritariamente composta por subsídios do Estado, mas também por subsídios de particulares.

Evolução Vendas e Prestações Serviços

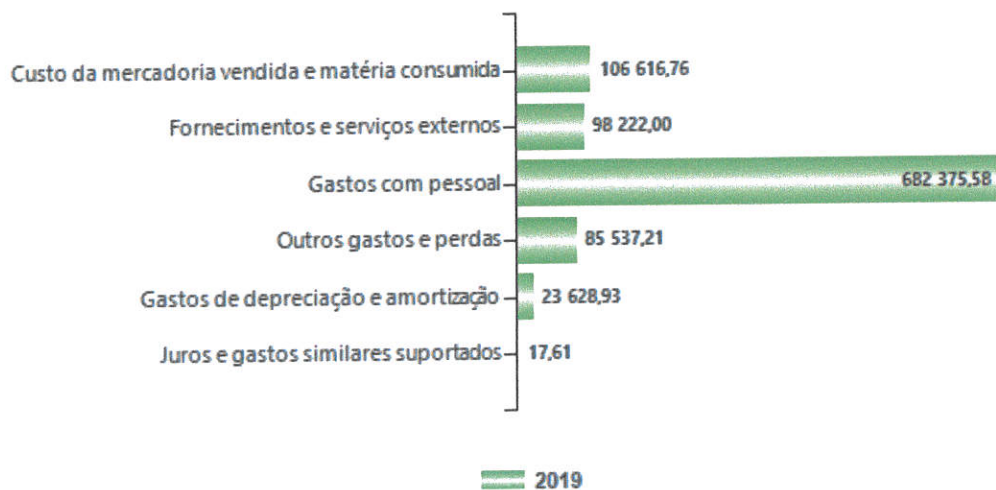


Estrutura de Rendimentos

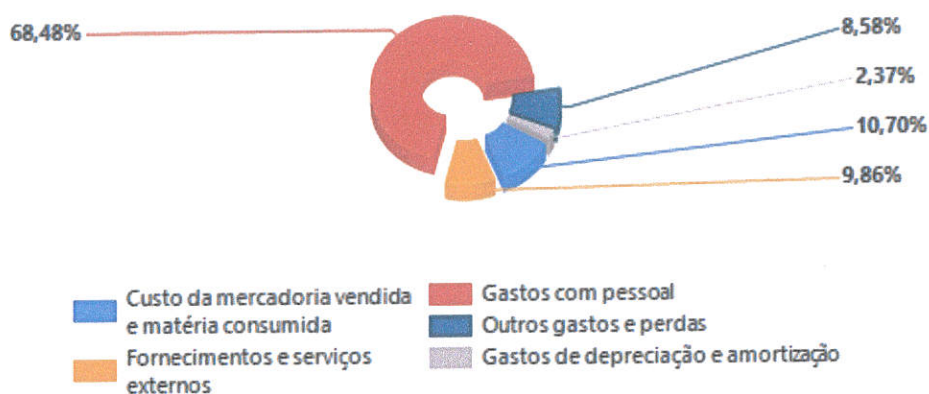


Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



Estrutura de Gastos Percentual

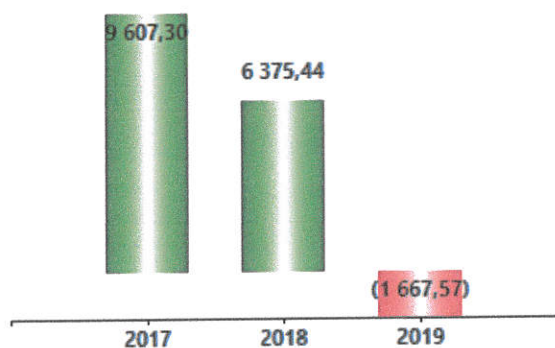


No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos

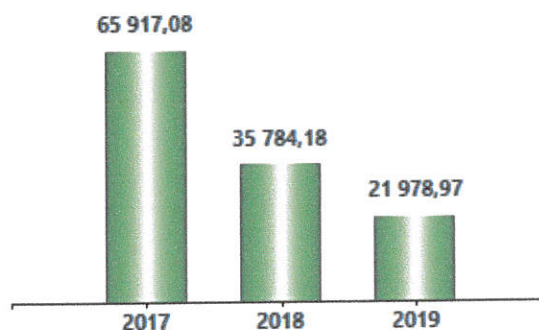
RUBRICAS	PERIODOS		
	2019	2018	2017
Gastos com Pessoal	682 375,58	647 225,76	613 929,21

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.

Resultado Líquido



EBITDA



De uma forma detalhada, pode avaliar-se a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2019		2018	
Ativo não corrente	1 648 255,51	89 %	1 663 029,83	89 %
Ativo corrente	199 435,64	11 %	196 135,11	11 %
Total ativo	1 847 691,15		1 859 164,94	

RUBRICAS	2019		2018	
Capital Próprio	1 680 827,88	91 %	1 693 995,45	91 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	166 863,27	9 %	165 169,49	9 %
Total Capital Próprio e Passivo	1 847 691,15		1 859 164,94	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação no período económico findo em 31 de dezembro de 2019 realizou um resultado líquido de -1.667,57€, propondo a sua aplicação em Resultados transitados.

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

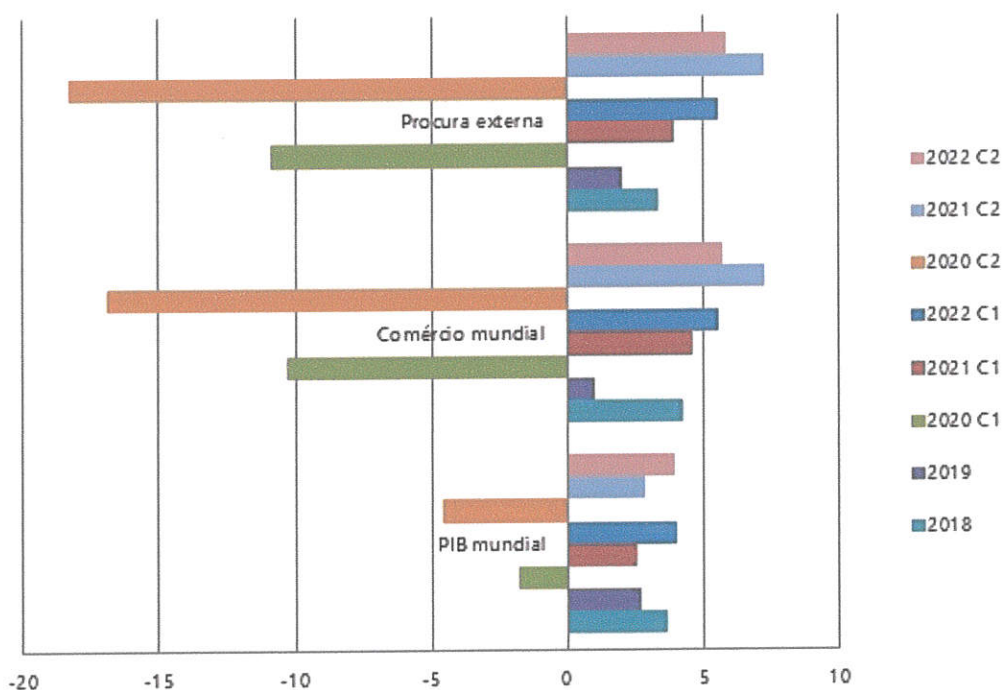
Tendo em consideração o choque económico, financeiro e social gerado pelo COVID-19, várias organizações internacionais, tais como o FMI e a OCDE, já colocaram em baixa as suas projeções macroeconómicas para este ano, receando também um novo ciclo de recessão económica mundial. A propagação deste vírus está a causar disrupções nas cadeias de fornecimento globais, volatilidade nos mercados financeiros, choques no consumo e um impacto negativo em setores chave como viagens e turismo. Contando com o ataque terrorista do 11 de setembro e a crise financeira global de 2008, este é já o terceiro grande choque económico do século XXI.

Para este ano, a Fitch avança com um crescimento económico global de 1,3%, em comparação com os 2,5% que havia comunicado em dezembro de 2019, indicando um possível declínio total do PIB global caso mais medidas de prevenção tenham de ser implementadas em todas as economias do G7. Já o Banco de Portugal aponta para uma queda do PIB mundial de 1,8%, num cenário em que as medidas adotadas para a contenção dos danos na economia sejam bem-sucedidas, esperando um crescimento de 2,5% em 2021 e de 4% em 2022. Num cenário mais adverso, o impacto na economia será muito mais significativo, apontando-se uma recessão

económica mundial superior à da grande recessão de 2009, com o PIB mundial a cair 4,6% em 2020. Já no longo prazo, é previsto um crescimento mais tímido, apontado pelo ritmo mais moderado da produção, sobretudo devido ao enfraquecimento da força laboral, por via do envelhecimento da população.

Em 2020 notar-se-á uma forte redução do comércio internacional (10,3% no primeiro cenário e 17% no segundo), reflexo do choque desproporcional dos fluxos internacionais de bens e serviços, principalmente nos setores do turismo e dos transportes, recuperando nos dois anos seguintes. Contudo, ainda existem riscos de retorno associados que poderão alterar os dados macroeconómicos globais, nomeadamente as tensões entre os Estados Unidos e o Irão, que poderão comprometer o fornecimento global de petróleo. As expectativas implícitas nos mercados de futuros apontam para novas reduções do preço do petróleo em 2020 e 2021, para -7% e -4%, respetivamente, devendo posteriormente estabilizar em 2022. Efetivamente, este ano já se verificou uma queda do preço do Brent devido ao COVID-19, tendo atingido os 31 dólares por barril em março, o que corresponde a uma queda de mais de 50% face aos valores observados no final de 2019. Para 2021, a Fitch estima uma média de 48 dólares por barril.

Enquadramento Internacional
Banco de Portugal - Boletim Económico Março 2020
Taxas de variação anual



Para os Estados Unidos, o COVID-19 poderá fazer disparar o desemprego para níveis superiores aos verificados na Grande Depressão, prevendo-se que a taxa de desemprego atinga os 30% no segundo trimestre de 2020, com os primeiros dados a apontar para uma perda entre os 500 mil a 5 milhões de empregos, só em março, prevendo-se também uma queda de 50% do PIB.

Na China, o choque económico foi bastante severo, prevendo-se uma queda de 5% no primeiro trimestre deste ano e de 3,7% no conjunto do ano, estimando-se uma recuperação económica a partir do segundo trimestre. Ainda assim, este choque trará certamente impactos às restantes economias, particularmente nos

restantes países da Ásia e na Europa, derivado das disrupções nas cadeias de fornecimento e da diminuição da demanda chinesa.

Na Europa, e segundo dados da Comissão Europeia, prevê-se que o impacto direto do COVID-19 reduza o crescimento real do PIB da União Europeia em 2,5% para este ano, tendo em conta as projeções de 1,4% que haviam sido feitas antes deste surto. Este impacto substancialmente negativo irá prolongar-se pela primeira metade do ano, podendo estender-se caso as medidas de contenção não surtam o efeito desejado.

Para além disso, as tensões comerciais no setor produtivo e as incertezas geopolíticas estão a ter um impacto negativo no investimento. Uma diminuição na intensidade do comércio, em conjunto com níveis baixos de produtividade, poderá causar um impacto negativo na posição da Europa num mundo que está a definir-se pelas rivalidades entre os Estados Unidos e a China. Neste sentido, alguns analistas temem um período de queda do crescimento, bem como de um aumento da inflação, associado à queda da produção e ao envelhecimento da população – até 2024 estima-se que numa grande parte dos países membros a força de trabalho caia para mais de 3% e que em 2060 essa queda seja de 12% face ao verificado atualmente.

Estes níveis, em combinação com décadas de declínio da produtividade, colocam uma pressão no crescimento potencial da economia europeia. Assim, o seu crescimento irá depender do esforço dos setores domésticos, que irão ser favorecidos pelo aumento dos salários no mercado de trabalho, assim como pelas melhores condições de financiamento e, em alguns estados membros, de algumas medidas fiscais.

Quanto aos mercados de ações, as repercussões do COVID-19 já se fizeram sentir em todo o mundo. Particularmente na Europa registou-se uma queda de cerca de 30% em comparação com o registado em meados de fevereiro. Não se tinha verificado uma queda tão abrupta desde o início da crise financeira em 2008. Também as yields em obrigações do tesouro caíram acentuadamente, e nos Estados Membros mais vulneráveis, registou-se um aumento do spread nos títulos do governo.

Tendo em conta as mais recentes medidas do BCE para contrariar os possíveis impactos financeiros desta pandemia, as taxas de juro a curto prazo da EA19 deverão situar-se nos -0,5% entre 2020 e 2022, apresentando um nível historicamente baixo.

No curto prazo, o novo coronavírus irá certamente mitigar as projeções económicas globais para este ano, esperando que o seu impacto não se prolongue para os próximos anos. De forma a impulsionar a confiança e estabilizar a economia global, o FMI aponta três áreas de ação principais: fiscal – com a implementação de estímulos adicionais para evitar danos económicos duradouros –, política monetária – com os bancos centrais das economias avançadas a apoiar a demanda e a aumentar a confiança, facilitando as condições financeiras e a assegurar o fluxo de crédito para a economia real, enquanto que nas economias emergentes terão de lidar com as reversões de fluxo de capital e com os choques das mercadorias. Por fim, é essencial que os supervisores do sistema financeiro mantenham o equilíbrio entre preservar a estabilidade financeira, manter a solidez do sistema bancário e sustentar a atividade económica. De notar que todos estes esforços serão mais eficazes com a cooperação de todos os países envolvidos, trabalhando em conjunto para mitigar estes impactos.

Para a Europa, a Comissão Europeia já anunciou um programa de resposta a esta pandemia. Para combater e minimizar o impacto deste vírus na economia europeia, todos os Estados Membros deverão trabalhar em conjunto, implementando medidas que essencialmente apoiem os cidadãos e as empresas, que poderão vir a sofrer de falta de liquidez e possíveis falências. A Comissão Europeia está também ciente que estas medidas não conseguirão proteger a União Europeia dos possíveis efeitos negativos da crise vinda da China.

Para além deste surto, do aumento da incerteza e das tensões comerciais já referidas, existem outros riscos que poderão levar também a uma diminuição do crescimento económico global face ao previsto, tais como as vulnerabilidades financeiras, as pressões deflacionárias nas economias avançadas e riscos geopolíticos, nomeadamente as tensões entre os Estados Unidos e o Irão. Como referido, um abrandamento da economia chinesa poderá também mitigar o crescimento global.

Para a Europa, o maior risco no curto prazo centra-se nas negociações do Brexit. O aumento das tensões comerciais e da incerteza associada, poderá levar ao enfraquecimento do investimento. Também se denota um

risco associado ao enfraquecimento dos setores comercial e produtivo, que poderá arrastar-se para os restantes setores mais rápido e com maior impacto do que o previsto, nomeadamente para o setor dos serviços.

Um factor positivo ao crescimento da zona euro seria o investimento em políticas fiscais expansionistas em alguns dos países membros. Considerando um horizonte mais precário, e com um nível de riscos elevado, as políticas fiscais deverão ter um papel mais ativo, principalmente nos países onde a actividade enfraqueceu ou poderá desacelerar de forma considerável.

Os países terão de cooperar na resolução dos problemas comerciais e quebrar as barreiras recentemente impostas. Terão também de trabalhar em conjunto no tocante às emissões de gases de estufa e do aumento das temperaturas globais. O aumento dos preços do carbono, associado a esforços complementares para encorajar o fornecimento de energias baixas em carbono, seriam uma boa estratégia, ao mesmo tempo que se fomentaria o desenvolvimento e adoção de tecnologias mais ecológicas. Nos países onde a sustentabilidade da dívida não é um problema, poderão ser adotadas medidas direccionadas para as alterações climáticas, tais como o investimento em infraestruturas.

No geral, todas as economias deverão priorizar o crescimento económico, melhorar a inclusão e reforçar a resiliência, aplicando políticas estruturais com foco na abertura e flexibilização dos mercados, de forma a melhor ajustarem os choques ao crescimento a médio prazo, mitigando também as discrepâncias entre países e encorajando a convergência entre os mesmos.

5.2 Cenário Interno

Segundo o Banco de Portugal, as perspetivas económicas sofreram uma deterioração abrupta em relação às projeções que haviam sido feitas antes dos últimos acontecimentos em volta da pandemia COVID-19, que já se fizeram sentir nas famílias e empresas portuguesas. Assim, dada a extrema complexidade deste exercício de projeção, com os elevados níveis de incerteza e desconhecimento envoltos, as mesmas poderão não corresponder ao cenário mais provável, ressalva o Banco de Portugal.

Para este ano, é certo que Portugal irá presenciar uma recessão económica. Num cenário em que as medidas adotadas para a contenção dos danos na economia sejam bem-sucedidas, o Banco de Portugal prevê uma redução do PIB real de 3,7%, com uma queda acentuada na primeira metade do ano, devendo o seu pico ocorrer durante o segundo trimestre, começando então a normalizar-se de forma gradual a partir do segundo semestre de 2020, sendo expectável uma trajetória de crescimento nos últimos meses do ano. Para os anos seguintes, espera-se um crescimento económico, apesar de fraco, de 0,7% para 2021 e, com uma ligeira recuperação, de 3,1% em 2022. Num cenário mais adverso, o Banco de Portugal aponta para uma redução do PIB real de 5,7% para este ano, mas com uma recuperação económica mais significativa nos dois anos seguintes, de 1,4% e 3,4%, respetivamente.

Após um aumento de 2,3% do consumo privado em 2019, projeta-se uma queda para os 2,8% este ano no primeiro cenário e de 4,8% no segundo, refletindo uma ligeira diminuição do rendimento disponível real e um possível aumento da poupança por parte das famílias portuguesas devido à incerteza envolta da pandemia. Segundo dados do INE, o indicador da confiança dos consumidores diminuiu entre dezembro de 2019 e março deste ano, em especial neste último que atingiu o valor mínimo verificado em dezembro de 2016, quebrando assim o perfil ascendente que se vinha a verificar desde abril de 2019. Para os dois próximos anos, no cenário base espera-se uma aceleração do consumo privado, de 1,4% e 3%, respetivamente, sendo que no caso do cenário mais adverso só no final do horizonte de projeção é que se espera uma recuperação do mesmo.

Esta queda do consumo privado será também resultante da redução do emprego e de um menor crescimento dos salários por trabalhador, uma vez que a contração económica irá certamente resultar numa destruição de postos de trabalho, sendo expectável uma redução de 3,5% do emprego e de um aumento da taxa de desemprego para os 10,1%, com uma redução muito gradual nos dois anos seguintes. No segundo cenário, este aumento será ainda mais significativo, com uma recuperação mais baixa para 2021 e 2022.

Quanto ao consumo público, estima-se um crescimento de 2,1% para este ano, derivado do expectável aumento das despesas em saúde suportada pelas administrações públicas devido ao surto COVID-19.

Quanto à FBCF, no cenário base deverá cair 10,8% em 2020 e 15% no cenário adverso, reflexo de uma inevitável queda do investimento empresarial e também do investimento residencial, embora com menor impacto. Apesar desta queda abrupta (comparando com o crescimento de 6,4% verificado em 2019) espera-se que a mesma comece a recuperar gradualmente já no final deste ano, devendo situar-se em 2,9% no próximo ano e nos 7,9% em 2022 para o cenário base, devendo notar-se uma recuperação ligeiramente mais forte no segundo cenário.

No primeiro cenário, a procura externa dirigida à economia portuguesa irá sofrer uma redução de 10,9% este ano, com posteriores crescimentos de 3,9% e 5,5% para 2021 e 2022, respetivamente. Como tal, espera-se também uma forte queda das exportações de bens e serviços para 2020 (12,1% no primeiro cenário e 19% no segundo), em especial nos setores do turismo e transportes, que serão fortemente afetados pelas limitações impostas à movimentação de pessoas. Para os próximos dois anos, espera-se uma recuperação, de 4,2% e 5,5%, respetivamente.

Quanto às importações, em termos reais irão reduzir-se significativamente em 2020 (11,9% no primeiro cenário e 19% no segundo), em especial no tocante aos serviços, reflexo da contração da procura global, com uma expectável recuperação de cerca de 6% para os dois anos seguintes.

Pela natureza deste choque, existe um elevado nível de incerteza quanto à inflação, prevendo-se que esta taxa permaneça em níveis baixos durante todo o horizonte de projeção. Por um lado, é expectável uma descida nos preços de alguns serviços, em particular ligados ao turismo e atividades recreativas, e por outro um aumento dos preços relativos a bens alimentares e outros produtos essenciais. Assim, no cenário base espera-se que a mesma se situe nos 0,2% em 2020 e num cenário mais adverso esta taxa deverá situar-se mais próxima dos 0%, aumentando ligeiramente nos restantes anos, devendo permanecer em torno dos 1% para o primeiro cenário e a níveis mais baixos para o segundo.

O saldo da balança corrente e de capital deverá aumentar para 2% do PIB durante este ano, suportado por uma melhoria na balança de bens - beneficiando do ganho de termos de troca proporcionado pela queda do preço do petróleo - e de um aumento das transferências recebidas da UE, relacionado com o término do atual ciclo de programação financeira. Em relação à balança de serviços, o seu excedente deverá reduzir-se, sobretudo devido ao choque sobre os fluxos do turismo. Para os anos seguintes, é expectável que a economia portuguesa mantenha a sua capacidade de financiamento.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa deverá situar-se em 2,6% no horizonte de projeção, num quadro em que se assume que a perceção de risco dos soberanos na área euro não se altera substantivamente.

Assim, como já referido no início deste ponto, o vírus COVID-19 é um fator que irá certamente mitigar a economia portuguesa no curto prazo, existindo ainda outros riscos que poderão alterar estas projeções, sendo eles na sua maioria externos, nomeadamente a possível intensificação das tensões proteccionistas, bem como a transmissão da fraqueza do setor industrial para os restantes setores de atividade. O crescimento potencial da economia portuguesa permanece condicionado por constrangimentos ao crescimento dos fatores produtivos e ao aumento da produtividade, sendo de referir a evolução demográfica adversa, os elevados níveis de endividamento, os quais limitam o investimento, e os baixos níveis de capital humano.

5.3 Evolução da Fundação

Anexa-se Relatório de Actividades da Fundação .



Relatório de Atividades de 2019

A Fundação Obra Nossa Senhora da Purificação presta serviços à Comunidade através da promoção do desenvolvimento integral da pessoa humana, de acordo com os princípios éticos e morais da Igreja Católica, colaborando com as famílias na educação dos filhos e no apoio e orientação das crianças e jovens em situação de risco e ou perigo.

A área de intervenção da Fundação situa-se nas Freguesias da Portela, Concelho de Loures e Fatima, Cova da Iria, Concelho de Ourém.

De acordo com os objetivos definidos pela Fundação Obra Nossa Senhora da Purificação para 2019 esta desenvolveu a sua ação mediante os seguintes objetivos estratégicos:

- Promoção dos objetivos estatutários da Fundação Obra Nossa Senhora da Purificação;
 - Operacionalização das respostas sociais de Creche e Educação Pré-Escolar e apoio à famílias carenciadas da Portela e arredores;
 - Acolhimento Residencial para Crianças e Jovens e Centro de Atividades de Tempos Livres em Fatima (CATL)
 - Adequação das instalações em Fátima às exigências legais
-



Objetivo Estratégico	Iniciativa / Ação	Realização / Avaliação
<p>Promover os objetivos da Fundação</p>	<p>Promover formação/capacitação profissional dos colaboradores; elaboração de plano de formação profissional para os funcionários;</p> <p>Implementar as Medidas de auto-proteção e SCIE de acordo com o Projeto elaborado para o Internato em Fátima; Realização de obras para garantir a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida no Internato em Fatima; Atualização de dados dos utentes; adoção de medidas para proteção de dados; Aceitação de Voluntários e Estagiários e Colaboradores;</p> <p>Manter em bom estado de conservação e funcionamento todo os equipamentos da Fundação;</p> <p>Formalização de protocolos de cooperação (ex. Câmara Municipal de Ourém, Câmara de Loures, Junta de Freguesia da Portela)</p> <p>Sustentabilidade: Parcerias, Donativos de amigos e benfeitores; Kinderwerk Lissabon – CH-Goldach.</p>	<p>Os funcionários de Fátima participaram em 26 ações de formação com um total de 269 hs, nas seguintes áreas: Segurança e Saúde no Trabalho, Prev.e Combate à Incendio, Prim.Socorros, HACCP, Gestão, RGD, Cuidados c/ Crianças e Jovens, Necessid.Especiais, Comunicação.</p> <p>Os Funcionários de Lisboa participaram em 18 ações de formação com um total de 154 horas, nas seguintes áreas: segurança e saúde no trabalho, código do trabalho, Intervenção familiar e área da Educação.</p> <p>Foi colocada a janela de desenfumagem na Casa de Fátima (1)</p> <p>Adaptação de 2 casas de banho na área das crianças no res-do-chão e no piso 1 (2)</p> <p>Os dados dos utentes em todas as respostas sociais foram atualizados.</p> <p>Em Fátima foi contratada uma ajudante de cozinha; em Lisboa – foi substituído um Empregado Auxiliar (Técnico de Manutenção).</p> <p>Voluntários em Fatima: Período de férias de verão: 4 jovens estudantes do Secundário Curso de Desporto Aplicado</p> <p>Com a colaboração de funcionários e voluntários foi possível manter os equipamentos em bom funcionamento sem gastos extras com mão de obra.</p> <p>Protocolo com a Câmara de Ourém para fornecimento dos almoços para as crianças no CATL; Portela – protocolo com a Junta de Freguesia da Portela c/ apoio de uma verba para ajuda da contratação de um Técnico de Educação Físico-Motora; - Apoio da Câmara de Loures – Regulamento Municipal de Apoio às Instituições Socias (apoio social – RMAIS).</p> <p>Em termos financeiros podemos contar com as subvenções (acordos com o ISS, I.P. de Lisboa e Santarém; assim como com os donativos de Kinderwerk Lissabon-CH-Goldach, donativos através de Helferwerk e.V. Köln da Alemanha e outros.</p>



<p>Dinamizar a resposta social de Acolhimento Residencial para Crianças e Jovens</p>	<ul style="list-style-type: none">○ Acolhimento de até 24 crianças e jovens em situação de risco no Lar de Acolhimento Residencial para Crianças e Jovens em Fátima;○ Promover atividades de autonomização para as jovens;○ Cuidar duma alimentação e higiene adequadas; diligências na área da saúde, também na área da saúde mental;○ Orientar e capacitar as utentes no seu processo de desenvolvimento físico, intelectual, moral e social;○ Potencializar os utentes de ferramentas para a sua integração na sociedade;○ Realizar diligências junto às entidades competentes (Tribunais, EMAT, CPCJ);○ Elaborar, reformular, comunicar e dinamizar os Projetos de Vida de cada utente (PSEI);○ Promover as relações familiares;○ Realizar reuniões para as equipas de trabalho; reuniões com pais e professores;○ Disponibilizar supervisão;○ Efetivar visitas de Estudo, passeios, colónia de férias, festas; <p>Medidas de Auto-proteção, exercícios e/ou simulacro.</p>	<p>Durante o ano de 2019 saiu uma jovem transferida para uma Instituição mais próxima da sua área residencial e foram acolhidas duas crianças, num total de 19, incluindo as 2 jovens em autonomia</p> <p>Foram promovidas</p> <ul style="list-style-type: none">- diversas saídas noturnas das mais velhas com a TSSS- visitas ao shopping e ao cinema. <p>Ação de Formação para as meninas com nutricionista (BLOS);</p> <p>Visitas ao médico/dentista/especialidades sempre que necessário ou solicitado pelo médico da família.</p> <p>Atendimentos em psicologia: quinzenais da maioria das crianças e jovens.</p> <p>2 jovens frequentavam um clube de Futebol; 2 aprendem um instrumento no Conservatório; a maioria frequenta a catequese.</p> <p>Colaboração na recolha de alimentos para o Banco Alimentar (2x ano)</p> <p>Colaboração com os gestores de caso de cada menina.</p> <p>Após a elaboração, a dinamização dos PSEIs passou por todas as ações e são revistos sempre que se justifique.</p> <p>Visitas das famílias e idas às famílias de acordo com a disponibilidade das mesmas. Reuniões frequentes: intra- e inter-equipas; foram realizadas reuniões pela equipa técnica com pais, família amigas e com as Escolas.</p> <p>Supervisão quinzenal durante 10 meses (Visitas de Estudo com as Escolas); passeios pelo menos 1 x por mês; 5 dias Praia de Pedrógão; Férias Desportivas 3 semanas; WKND com Jesus 2x; encontro (convívio) com jovens de outra Instituição (2x).</p> <p>Não se realizou</p>
---	---	---



Receitas

A Fundação teve como receitas os subsídios do Estado, ISS IP, e MES para as respetivas respostas sociais mediante acordos, assim como os subsídios de almoço da Câmara de Ourém e apoios da Câmara de Loures e também da Junta da Freguesia da Portela; as contribuições das famílias e donativos de amigos e benfeitores, nomeadamente de Kinderwerk Lissabon – CH Goldach.

Investimentos/Obras

Foi colocada a janela de desenfumagem na Casa de Fátima (1) valor: € 6.863,40

Adaptação de 2 casas de banho na área das crianças no res-do-chão e no piso 1 (2) Valor total: € 9.863,80

As obras previstas para concluir a implementação das Medidas de Autoproteção e SCIE na área externa em Fátima, não se realizaram durante este ano, devido à falta de resposta por parte da Câmara de Ourém que não avançou com o saneamento na Rua da Padroeira, o que significa que este projeto transita para 2020.

6 - Outras Informações

A Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Após o termo do exercício ocorreu a crise pandémica COVID 19, a qual, não afectando a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2019, deixa bastantes preocupações para o futuro, como referido já acima e igualmente no Anexo ao Balanço e DR. Encontramo-nos neste momento a reavaliar o plano de negócios em vigor com vista a ajustá-lo a esta nova realidade.

Não foram realizados negócios entre a Fundação e os seus gestores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos .

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, pois foram e continuarão a ser no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período de 2019.

Lisboa, 25 de Junho 2020

Conselho de Administração

Dr. Armin Maria Kuemlin
S. Rancher

Balanço - (modelo para ESNL) em 31-
12-2019
(montantes em euros)

Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 645 766,64	1 661 340,57
Outros créditos e ativos não correntes		2 488,87	1 689,26
		1 648 255,51	1 663 029,83
Ativo corrente			
Inventários	5	2 317,45	2 022,37
Créditos a receber		80,00	440,00
Estado e outros entes públicos			4 400,75
Diferimentos		7 712,56	5 900,35
Outros ativos correntes		25 000,00	25 000,00
Caixa e depósitos bancários		164 325,63	158 371,64
		199 435,64	196 135,11
Total do ativo		1 847 691,15	1 859 164,94
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	10		
Fundos		419 170,03	419 170,03
Reservas		25 237,44	25 237,44
Resultados transitados		1 238 087,98	1 243 212,54
Resultado líquido do período		(1 667,57)	6 375,44
Total dos fundos patrimoniais		1 680 827,88	1 693 995,45
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos		16 240,14	16 709,78
Diferimentos		56 266,73	63 300,05
Outros passivos correntes	8	94 356,40	85 159,66
		166 863,27	165 169,49
Total do passivo		166 863,27	165 169,49
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 847 691,15	1 859 164,94

Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-
2019

Fundação Obra de Nossa Senhora da
Purificação

(montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2019	2018
Vendas e serviços prestados	214 295,03	179 592,26
Subsídios, doações e legados à exploração	776 439,98	796 702,17
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(106 616,76)	(113 676,60)
Fornecimentos e serviços externos	(98 222,00)	(95 015,03)
Gastos com o pessoal	(682 375,58)	(647 225,76)
Outros rendimentos	3 995,51	962,98
Outros gastos	(85 537,21)	(85 555,84)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	21 978,97	35 784,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(23 628,93)	(29 408,74)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(1 649,96)	6 375,44
Juros e gastos similares suportados	(17,61)	
Resultado antes de impostos	(1 667,57)	6 375,44
Resultado líquido do período	(1 667,57)	6 375,44

**VALENCIAS
2019**

GERAL

APOS IMPUTAÇÕES

	GERAL	APOS IMPUTAÇÕES			
		CRECHE	PRE	LAR	ATL
		c10101fin 22,0% 32,0%	c10102fin 78,0% 68,0%	c10201fin 72,0% 72,0%	c10202fin 28,0% 28,0%
6	Gastos	996.396,09	467.193,58	270.137,38	84.111,89
61	Custo das -mercadorias vendida	19.478,59	13.196,74	13.196,74	4.880,99
612	Matérias-primas subsidiárias e	106616,76	69.060,45	13.196,74	4.880,99
6121	Generos Alimentares	100364,97	66.941,82	10.615,75	3.926,37
6122	Compras diversas	6251,79	2.118,63	2.580,99	954,61
62	Fornecimentos e serviços exter	98222	35.849,04	38.152,72	14.111,28
622	Servi os especializados	47967,99	4.045,73	21.592,16	7.986,14
6221	Trabalhos especializados	4986	2.489,01	1.310,32	484,64
6223	Vigilância e segurança	61111,04	273,81	4.204,80	1.555,20
6224	Honorários	7739	312,00	5.357,47	1.981,53
6224 1	Honorários isentos	7569	312,00	5.233,37	1.935,63
6226	Conservação e reparação	26787,45	11.105,88	10.620,87	3.928,27
6226 3	Refeitorios e instalações	15061,63	4.789,86	6.512,18	2.408,61
6226 4	Pequenas reparações	582,18	243,51	197,09	72,90
6226 5	Manutenção informática	8518,68	4.665,42	1.852,28	665,09
6226 6	Viatura 80-EB-73	25,55	19,93	0,00	0,00
6226 8	Diversos-Imobilizado	1722,87	1.343,84	0,00	0,00
6226 9	Viatura 93-BM-71	543,82	0,00	396,99	146,83
6226 10	Viatura 08-59-XP	413,36	19,93	283,10	104,71
6226 11	Viatura 13-DX-94	0	0,00	0,00	0,00
6226 12	Viatura 88-37-XE	613,14	0,00	447,59	165,55
6226 13	Viatura 88-BR-05	260,28	0,00	70,28	70,28
6226 14	Viatura 12-SF-88	169,23	23,40	101,64	37,59
6228	Despesas bancarias	344,5	163,25	98,70	36,50
623	Materialis	10947,53	7.449,77	1.019,48	377,07
6231	Ferramentas e utensilios de de	5457,15	3.573,08	639,68	236,60
6233	Material de escritório	5490,38	3.876,69	379,79	140,47
6233 1	Materialis ATL	0	0,00	0,00	0,00
624	Energia e fluidos	29903,2	10.964,68	11.567,52	4.278,40
6241	Electricidade	14312,21	6.739,85	4.140,10	1.531,27
6242	Combustiveis	11832,47	922,48	3.270,61	2.062,63
6242 1	Gasoleo	3563,58	776,77	1.874,44	693,28
6242 2	Gasolina	14,32	11,17	0,00	0,00
6242 3	Gas	8254,57	2.482,67	3.702,31	1.369,35
6243	Água	3758,52	954,22	1.850,67	684,49
625	Deslocações estadas e transpor	1480,76	371,47	734,98	271,84
6251	Deslocações e estadas	1478,96	371,47	733,66	271,35
6251 2	Portagens/estacionamentos	1037,72	250,53	523,07	193,46
6251 3	deslocações ao serviço da Obra	189,26	56,25	87,20	32,25
6251 4	Desloc estadas-outras	251,98	64,70	123,40	45,64
626	Serviços diversos	7922,52	2.719,16	3.238,59	1.197,83
6262	Comunicação	2501,27	993,16	896,43	331,56
6262 1	Telefone	1082,6	830,10	13,41	4,96
6262 2	Telemovel	345,29	39,12	215,44	79,69
6262 3	Outros	1073,38	123,93	667,58	246,91
6263	Seguros	4925,98	1.749,26	1.958,83	724,50
6263 1	Seguros de automovel	917,81	253,87	432,40	159,93
6263 2	Seguros multi habitação	1466,62	0,00	1.070,63	395,99
6263 3	Acidentes Passoaos-Grupo	344,06	224,40	41,15	15,22
6263 4	Saúde Multicare Individual	9	0,00	6,57	2,43
6265	Contencioso e notariado	0	0,00	0,00	0,00

Pe. Amélia Kucemir S. Santos

**VALENCIAS
2019**

		GERAL				APOS IMPUTAÇÕES				
		GERAL	CRECHE	PRE	LAR	ATL	CRECHE	PRE	LAR	ATL
			c101011fin 22,0%	c10102fin 78,0%	c10201fin 72,0%	c10202fin 28,0%	c101011fin 32,0%	c10102fin 68,0%	c10201fin 72,0%	c10202fin 28,0%
6888	10 Donativos concedidos	561		103,62	367,38	65,70				24,30
6889	Outros diversos	0		39,64	0,00	0,00				0,00
7	Rendimentos									
72	Prestações de serviços	A	-994730,52	-160.274,21	-485.646,44	-291.141,72				-57.668,15
721	0	A	-214295,03	-43.815,36	-131.364,47	-8.947,81				-30.167,39
721	1			0,00	0,00	0,00				0,00
721	1		-197477,01	-42.224,46	-125.686,15	-1.304,71				-28.261,69
721	14			0,00	0,00	0,00				0,00
721	24		-2805,3	-612,70	-2.172,30	-20,30				0,00
721	25			0,00	0,00	0,00				0,00
721	26			0,00	0,00	0,00				0,00
75	Subsídios à exploração	A	-776439,98	-115.896,28	-352.287,41	-281.043,21				-27.213,08
751	Subsídios do estado e outros e	A	-621029,34	-94.483,38	-276.368,94	-234.579,79				-15.597,23
751	10		-370852,32	-94.483,38	-276.368,94	0,00				0,00
751	13		-159324,48	0,00	0,00	-151.202,72				-8.121,76
751	15		-62930,88	0,00	0,00	-62.930,88				0,00
752	Subsídios de outras entidades	A	-155410,64	-21.412,90	-75.918,47	-46.463,42				-11.615,85
752	4		-11752,3	-988,75	-3.505,58	-5.806,38				-1.451,59
752	10		-685	-150,70	-534,30	0,00				0,00
752	17		-34171,04	-7.517,63	-26.653,41	0,00				0,00
752	19		-3237,69	-712,29	-2.525,40	0,00				0,00
752	20		-94862,01	-11.391,83	-40.389,22	-34.464,77				-8.616,19
752	21		0	0,00	0,00	0,00				0,00
752	22		0	0,00	0,00	0,00				0,00
752	24		-53,4	0,00	0,00	-42,72				-10,68
78	Outros rendimentos e ganhos	A	-3990,51	-561,86	-1.992,06	-1.149,27				-287,32
787	Rendimentos e ganhos em invest	A	0	0,00	0,00	0,00				0,00
7871	Alienações	A	0	0,00	0,00	0,00				0,00
7871	2		0	0,00	0,00	0,00				0,00
788	Outros	A	-3990,51	-561,86	-1.992,06	-1.149,27				-287,32
7881	Correcções relativas a período	A	0	0,00	0,00	0,00				0,00
7881	1		0	0,00	0,00	0,00				0,00
7888	Outros não especificados	0	0	0,00	0,00	0,00				0,00
79	Juros e outros rendimentos sim	A	-5	-0,70	-2,50	-1,44				-0,36
791	Juros obtidos	A	-5	-0,70	-2,50	-1,44				-0,36
7911	De depósitos	-5		-0,70	-2,50	-1,44				-0,36
	Resultado		-1.667,57	-14.681,03	18.452,86	21.004,34				-26.443,74
										-1.667,57
		35	119	33	19	33				
		4.998,72	3.926,00	14.217,76	2.548,85	212,40				
		416,56	327,17	1.184,81	212,40					

Pe. Ammirante S. Paulo

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31 -
12-2019**

Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

(montantes em euros)

DESCRICÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019 6		419 170,03		25 237,44	1 243 212,54			6 375,44	1 693 995,45		1 693 995,45
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(5 124,56)			(6 375,44)	(11 500,00)		(11 500,00)
7					(5 124,56)			(6 375,44)	(11 500,00)		(11 500,00)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8								(1 677,36)	(1 677,36)		(1 677,36)
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8								(13 177,36)	(13 177,36)		(13 177,36)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
10											
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2019 6+7+8+10		419 170,03		25 237,44	1 238 087,98			(1 677,36)	1 680 818,09		1 680 818,09

Conselho Directivo

Per. Amunir Karami Soares

Contabilista Certificado
23892



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2019

Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

(montantes em euros)

DESCRICÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018 1		419 170,03		25 237,44	1 233 605,24			9 607,30	1 687 620,01		1 687 620,01
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3				9 607,30			(9 607,30)			
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					9 607,30			(9 607,30)			
2											
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3								6 375,44	6 375,44		6 375,44
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3								6 375,44	6 375,44		6 375,44
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
5											
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2018 6=1+2+3+5		419 170,03		25 237,44	1 243 212,54			6 375,44	1 693 995,45		1 693 995,45

Conselho Directivo

P. Amari Teramini S. Sanchez

Contabilista Certificado

33892



**Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em 31
-12-2019
(montantes em euros)**

**Fundação Obra de Nossa Senhora da
Purificação**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		214 295,03	179 592,26
Pagamentos a fornecedores		197 393,71	205 920,55
Pagamentos ao pessoal	8	682 845,22	647 992,92
Caixa gerada pelas operações		(665 943,90)	(674 321,21)
Outros recebimentos/pagamentos		(48 559,90)	708 358,93
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(714 503,80)	34 037,72
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	8 055,00	99 599,82
<i>Investimentos financeiros</i>		799,61	472,05
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		5,00	112,06
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(8 849,61)	(99 959,81)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Doações</i>		108 317,70	
Outras operações de financiamento		621 029,34	
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>		39,64	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		729 307,40	
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		5 953,99	(65 922,09)
Caixa e seus equivalentes no início do período		183 371,64	249 293,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período		189 325,63	183 371,64

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

ANO : 2019

ÍNDICE

- 1 - Identificação da entidade**
 - 1.1 Dados de identificação
- 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**
 - 2.1 Referencial contabilístico utilizado
 - 2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras
 - 2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior
- 3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**
 - 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
 - 3.2 Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras
 - 3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)
- 4 - Ativos fixos tangíveis**
 - 4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis
 - 4.1.1 Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:
 - 4.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:
- 5 - Inventários**
 - 5.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada
 - 5.2 Quantia escriturada de inventários
- 6 - Rendimentos e gastos**
 - 6.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços
 - 6.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:
 - 6.3 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos
- 7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas**
 - 7.1 Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas
 - 7.2 Principais doadores / fontes de fundos
 - 7.3 Outras divulgações
- 8 - Benefícios dos empregados**
 - 8.1 Benefícios dos empregados e encargos da entidade
- 9 - Acontecimentos após a data do balanço**
 - 9.1 Outras divulgações
- 10 - Divulgações exigidas por diplomas legais**
 - 10.1 Informação por atividade económica
 - 10.2 Informação por mercado geográfico

10.3 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

11 - Impostos e contribuições

11.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

12 - Fluxos de caixa

12.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

[Faint, illegible text, possibly a watermark or bleed-through]

Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação
A Fundação Obra Nossa Senhora da Purificação (FONSP) é uma IPSS com dois estabelecimentos. Em Lisboa actua no apoio social como Creche e Jardim Infantil. Em Fátima desenvolve actividades de ATL e de Lar de Lar de Acolhimento Residencial para Crianças e Jovens.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2019 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas disposições do SNC

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas reportadas ao período anterior estavam em normativo SNC-ESNL, pelo que as contas são comparáveis com as do período anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a

sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se em regime de isenção de IRC. Contudo, no caso de vir a desenvolver actividades com fins lucrativos, encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% (ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC).

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base

na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com o ponto 9 - Locações das Normas das Entidades do Sector Não Lucrativo, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 10 - Rédito das Normas das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o

montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a organização utiliza estimativas e pressupostos que afectam os montantes reportados. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período e do período anterior incluem:

- justo valor e vidas uteis de activos tangíveis
- registo de provisões e perdas por imparidade

As estimativas foram preparadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das peças financeiras. As alterações a estas estimativas que venham a decorrer posteriormente serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são registados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo à demonstrações financeiras, como se faz na Nota 9.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

A Fundação não tem bens considerados como património histórico, artístico e cultural.
O método de depreciação é o da linha recta, aplicada aos bens considerados ao seu custo de aquisição.

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	353 148,90	1 930 648,82	453 803,63	115 056,78	38 987,78		97 741,52			2 989 387,43
Depreciações acumuladas		686 392,45	412 305,74	110 514,81	31 685,73		87 148,13			1 328 046,86
Saldo no início do período	353 148,90	1 244 256,37	41 497,89	4 541,97	7 302,05		10 593,39			1 661 340,57
Variações do período		2 217,47	(11 956,88)	(1 513,99)	(2 131,79)		(2 188,74)			(15 573,93)
Total de aumentos		8 055,00								8 055,00
Aquisições em primeira mão		8 055,00								8 055,00
Total diminuições		5 837,53	11 956,88	1 513,99	2 131,79		2 188,74			23 628,93
Depreciações do período		5 837,53	11 956,88	1 513,99	2 131,79		2 188,74			23 628,93
Saldo no fim do período	353 148,90	1 246 473,84	29 541,01	3 027,98	5 170,26		8 404,65			1 645 766,64
Valor bruto no fim do período	353 148,90	1 938 703,82	453 803,63	115 056,78	38 987,78		97 741,52			2 997 442,43
Depreciações acumuladas no fim do período		692 229,98	424 262,62	112 028,80	33 817,52		89 336,87			1 351 675,79

5 - Inventários

5.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As matérias primas são consideradas ao seu custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

5.2. Quantia escriturada de inventários

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		2 022,37	2 022,37		3 201,37	3 201,37
Compras		106 911,84	106 911,84		112 497,60	112 497,60
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais		2 317,45	2 317,45		2 022,37	2 022,37
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		106 616,76	106 616,76		113 676,60	113 676,60
OUTRAS INFORMAÇÕES						

6 - Rendimentos e gastos

6.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito é reconhecido pelo justo valor da contraprestação recebida pelos serviços prestados na actividade normal da instituição. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

6.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	214 295,03	179 592,26
Juros	5,00	112,06
Total	214 300,03	179 704,32

6.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	47 967,99	40 490,65
Trabalhos especializados	4 986,00	5 651,40
Vigilância e segurança	6 111,04	334,33
Honorários	7 739,00	9 616,72
Conservação e reparação	28 787,45	24 575,79
Outros	344,50	312,41
Materiais	10 947,53	5 557,24
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5 457,15	1 508,17
Material de escritório	5 490,38	4 049,07
Energia e fluidos	29 903,20	35 680,38
Eletricidade	14 312,21	16 707,85
Combustíveis	11 832,47	4 113,48
Água	3 758,52	5 899,77
Outros		8 959,28
Deslocações, estadas e transportes	1 480,76	1 818,22
Deslocações e estadas	1 478,96	1 414,00
Transportes de pessoal	1,80	404,22
Serviços diversos	7 922,52	11 468,54
Comunicação	2 501,27	2 460,04
Seguros	4 925,98	5 287,26
Contencioso e notariado		382,72
Despesas de representação	97,94	
Outros serviços	397,33	3 338,52
Total	98 222,00	95 015,03

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao Investimento									
Para ativos fixos tangíveis									
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	607 084,57	621 029,34	621 029,34	189 617,60	155 410,64	155 410,64			
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total	607 084,57	621 029,34	621 029,34	189 617,60	155 410,64	155 410,64			

7.2. Principais doadores / fontes de fundos

A fundação suíça Goldach e diversos privados nacionais são os autores de donativos.

7.3. Outras divulgações

Os subsídios do Governo são considerados ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com os requisitos para o vir a receber. Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

8 - Benefícios dos empregados

8.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	682 375,58	647 225,76
Remunerações do pessoal	549 942,81	523 868,56
Encargos sobre as remunerações	122 969,16	115 117,19
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	5 135,74	4 985,90
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	4 327,87	3 254,11

9 - Acontecimentos após a data do balanço

9.1. Outras divulgações

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, registaram-se factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas. A pandemia do COVID19 terá certamente consequências na actividade futura da Fundação. No mês de Abril e Maio a quase totalidade das actividades foram suspensas, não havendo ainda possibilidade de quantificar os efeitos desta crise pandémica, tanto a nível nacional como internacional. Contudo, as reservas financeiras e de património não deixam antever situações de dificuldade a curto prazo, apesar de não esquecermos que a Fundação necessita absolutamente de subsídios do Estado, bem como de donativos de entidades terceiras, pelo que o seu bem estar futuro vai depender da capacidade económica dos citados financiadores.

10 - Divulgações exigidas por diplomas legais

10.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	214 295,03	214 295,03
Compras	106 911,84	106 911,84
Fornecimentos e serviços externos	98 222,00	98 222,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	106 616,76	106 616,76
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	106 616,76	106 616,76
Gastos com o pessoal	682 375,58	682 375,58
Remunerações	549 942,81	549 942,81
Outros gastos	132 432,77	132 432,77
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	1 645 766,64	1 645 766,64
Propriedades de investimento		

10.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	214 295,03			214 295,03
Compras	106 911,84			106 911,84
Fornecimentos e serviços externos	98 222,00			98 222,00
Rendimentos suplementares:				

10.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. O mesmo se passa com a Segurança Social.

11 - Impostos e contribuições

11.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	(1 667,57)	6 375,44
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto		

12 - Fluxos de caixa

12.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	3 189,04	108 562,10	108 385,49	3 365,65
Depósitos à ordem	105 182,60	1 564 531,00	1 608 753,62	60 959,98
Outros depósitos bancários	50 000,00	80 000,00	30 000,00	100 000,00
Total	158 371,64	1 753 093,10	1 747 139,11	164 325,63

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
1	MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	189 325,63		189 325,63
11	Caixa	3 365,65		3 365,65
12	Depósitos à ordem	60 959,98		60 959,98
13	Outros depósitos bancários	100 000,00		100 000,00
14	Outros instrumentos financeiros	25 000,00		25 000,00
142	Instrumentos financeiros detidos para negociação	25 000,00		25 000,00
1421	Ativos financeiros	25 000,00		25 000,00
2	CONTAS A RECEBER E A PAGAR	7 792,56	166 863,27	(159 070,71)
24	Estado e outros entes públicos		16 240,14	(16 240,14)
242	Retenção de impostos sobre rendimentos		4 277,52	(4 277,52)
245	Contribuições para a Segurança Social		11 962,62	(11 962,62)
27	Outras contas a receber e a pagar	80,00	94 356,40	(94 276,40)
272	Devedores e credores por acréscimos (per. econ.)		94 352,00	(94 352,00)
2722	Credores por acréscimos de gastos		94 352,00	(94 352,00)
278	Outros devedores e credores	80,00	4,40	75,60
28	Diferimentos	7 712,56	56 266,73	(48 554,17)
281	Gastos a reconhecer	7 712,56		7 712,56
282	Rendimentos a reconhecer		56 266,73	(56 266,73)
3	INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	2 317,45		2 317,45
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 317,45		2 317,45
331	Matérias-primas	2 317,45		2 317,45
4	INVESTIMENTOS	2 999 931,30	1 351 675,79	1 648 255,51
41	Investimentos financeiros	2 488,87		2 488,87
415	Outros investimentos financeiros	2 488,87		2 488,87
4151	Detidos até à maturidade	2 488,87		2 488,87
43	Ativos fixos tangíveis	2 997 442,43	1 351 675,79	1 645 766,64
433	Outros ativos fixos tangíveis	2 997 442,43	1 351 675,79	1 645 766,64
4331	Terrenos e recursos naturais	353 148,90		353 148,90
4332	Edifícios e outras construções	1 938 703,82		1 938 703,82
4333	Equipamento básico	453 803,63		453 803,63
4334	Equipamento de transporte	115 056,78		115 056,78
4335	Equipamento administrativo	38 987,78		38 987,78
4337	Outros ativos fixos tangíveis	97 741,52		97 741,52
4338	Depreciações acumuladas		1 351 675,79	(1 351 675,79)
43382	Edifícios e outras construções		692 229,98	(692 229,98)
43383	Equipamento básico		424 262,62	(424 262,62)
43384	Equipamento de transporte		112 028,80	(112 028,80)
43385	Equipamento administrativo		33 817,52	(33 817,52)
43387	Outros ativos fixos tangíveis		89 336,87	(89 336,87)

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
5	FUNDOS PATRIMONIAIS		1 682 495,45	(1 682 495,45)
51	Fundos		419 170,03	(419 170,03)
55	Reservas		25 237,44	(25 237,44)
552	Outras reservas		25 237,44	(25 237,44)
56	Resultados transitados		1 238 087,98	(1 238 087,98)
6	GASTOS	996 398,09		996 398,09
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	106 616,76		106 616,76
612	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	106 616,76		106 616,76
62	Fornecimentos e serviços externos	98 222,00		98 222,00
622	Serviços especializados	47 967,99		47 967,99
6221	Trabalhos especializados	4 986,00		4 986,00
6223	Vigilância e segurança	6 111,04		6 111,04
6224	Honorários	7 739,00		7 739,00
6226	Conservação e reparação	28 787,45		28 787,45
6228	Outros	344,50		344,50
623	Materiais	10 947,53		10 947,53
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5 457,15		5 457,15
6233	Material de escritório	5 490,38		5 490,38
624	Energia e fluidos	29 903,20		29 903,20
6241	Eletricidade	14 312,21		14 312,21
6242	Combustíveis	11 832,47		11 832,47
6243	Água	3 758,52		3 758,52
625	Deslocações, estadas e transportes	1 480,76		1 480,76
6251	Deslocações e estadas	1 478,96		1 478,96
6252	Transportes de pessoal	1,80		1,80
626	Serviços diversos	7 922,52		7 922,52
6262	Comunicação	2 501,27		2 501,27
6263	Seguros	4 925,98		4 925,98
6266	Despesas de representação	97,94		97,94
6268	Outros serviços	397,33		397,33
63	Gastos com o pessoal	682 375,58		682 375,58
632	Remunerações do pessoal	549 942,81		549 942,81
635	Encargos sobre remunerações	122 969,16		122 969,16
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	5 135,74		5 135,74
638	Outros gastos com o pessoal	4 327,87		4 327,87
64	Gastos de depreciação e de amortização	23 628,93		23 628,93
642	Ativos fixos tangíveis	23 628,93		23 628,93
6422	Edifícios e outras construções	5 837,53		5 837,53
6423	Equipamento básico	11 956,88		11 956,88

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
6424	Equipamento de transporte	1 513,99		1 513,99
6425	Equipamento administrativo	2 131,79		2 131,79
6427	Outros ativos fixos tangíveis	2 188,74		2 188,74
68	Outros gastos	85 515,18		85 515,18
681	Impostos	33 823,95		33 823,95
6812	Impostos indiretos	31 205,25		31 205,25
6813	Taxas	2 618,70		2 618,70
688	Outros	51 691,23		51 691,23
6881	Correções relativas a períodos anteriores	9 449,03		9 449,03
6883	Quotizações	728,00		728,00
6888	Outros não especificados	41 514,20		41 514,20
69	Gastos de financiamento	39,64		39,64
691	Juros suportados	39,64		39,64
6911	Juros de financiamentos obtidos	17,61		17,61
6918	Outros juros	22,03		22,03
7	RENDIMENTOS		994 730,52	(994 730,52)
72	Prestações de serviços		214 295,03	(214 295,03)
721	Quotas dos utilizadores		214 295,03	(214 295,03)
75	Subsídios, doações e legados à exploração		776 439,98	(776 439,98)
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos		621 029,34	(621 029,34)
752	Subsídios de outras entidades		155 410,64	(155 410,64)
78	Outros rendimentos		3 990,51	(3 990,51)
788	Outros		3 990,51	(3 990,51)
7885	Restituição de impostos		3 990,51	(3 990,51)
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares		5,00	(5,00)
791	Juros obtidos		5,00	(5,00)
7911	De depósitos		5,00	(5,00)
8	RESULTADOS			
	Total	4 195 765,03	4 195 765,03	0,00

Ata nº 155

No dia 29 de Junho de dois mil e vinte, pelas dezanove horas e trinta minutos, reuniu-se o Conselho de Administração e a Direção da Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação, na sede da Instituição, na Portela-Moscavide.

Na reunião estiveram presentes os membros do Conselho de Administração: o Sr. Pe. Armin Maria Kümin (Presidente), a Sra. Sofie Maucher (Secretária) que assume em simultâneo o cargo de Vice-Presidente da Direção juntamente com a Presidente Sra. Rosa Haberzettl e Dr. Virgílio Carvalho, contabilista certificado 23892, responsável pela parte contábil da Fundação. O Tesoureiro Dr. Miguel Madureiro Bentes e os membros do Conselho Fiscal participaram por video conferência.

A Presidente deu por aberta a sessão e propôs como ordem do dia analisar o Relatório de Gestão e Contas de Gerência do ano de dois mil e dezanove. No ano de 2019 foi possível desenvolver as atividades previstas no programa de ação, em concreto a dinamização das Respostas Sociais de Creche e Pré-escolar em Lisboa, Lar Residencial para Crianças e Jovens em Risco e CATL em Fátima. Apesar do custo real por criança estar em disparidade com os subsídios recebidos através dos acordos com a Segurança Social, foi possível fazer face às despesas, graças à ajuda dos benfeitores principalmente da Fundação Kinderwerk – CH Goldach.

Dr. Virgílio esclareceu alguns pontos que foram questionados e informou que a Fundação teve no exercício em análise um resultado negativo de 1.667,57 (mil seis centos e sessenta e sete Euros e cinquenta e sete cêntimos). O Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Nuno Nascimento deu o seu parecer a respeito e procedeu-se à aprovação das contas. Os mesmos foram aprovados por unanimidade e foi decidido aplicar o resultado do exercício em “Resultados Transitados”, e foi assinada a presente ata por parte de todos os membros presentes.

O Presidente agradeceu aos benfeitores da Fundação, que também este ano contribuíram para poder investir nas melhorias das acessibilidades e assim ir de encontro às exigências legais. Agradeceu também aos membros dos órgãos sociais, funcionários e demais colaboradores, pelo apoio e dedicação no desenvolvimento das suas atividades.

Não havendo mais nada a tratar, deu-se a reunião por encerrada e lida em voz alta, foi assinada pelos presentes,

Pe. Armin Maria Kümin
Sofie Maucher
Rosa Haberzettl

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão, apresentados pelo Conselho Diretivo da FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Durante o exercício o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a atividade e a gestão da Instituição, verificou os livros, registos contabilísticos e respetiva documentação. Procedeu igualmente às verificações físicas dos bens e valores patrimoniais que se mostraram necessárias, assim como verificou o cumprimento da lei e dos estatutos, inteirando-se dos atos do Conselho Diretivo, da qual sempre recebeu todos os elementos e esclarecimentos solicitados.

Analisou-se também o Relatório e as Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados, Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo com as respetivas notas explicativas.

Nesta conformidade entende-se que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, em 31 de dezembro de 2019, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias. Como compete dá-se ainda o acordo quando aos critérios valorimétricos utilizados pela Instituição, conforme constam da Nota do Anexo da Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Nestes termos o Conselho Fiscal é de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão da Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e o Anexo da FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, relativo ao exercício findo a 31 de dezembro de 2019.

2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Finalmente deseja agradecer à Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Instituição com quem contactou, toda a colaboração recebida no desempenho das suas funções.

Lisboa, 29 de Junho de 2020

O CONSELHO FISCAL

Presidente: Nuno Miguel Feliciano Francisco do Nascimento
(Nuno Miguel Feliciano Francisco do Nascimento)

Vogal: Ana Cristina de Abreu Pedro Martins de Oliveira
(Ana Cristina de Abreu Pedro Martins de Oliveira)

Vogal: Ana Maria Abreu Pereira
(Ana Maria Abreu Pereira)

Acta nº 63

No dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte, pelas dezanove horas, reuniu-se o Conselho Fiscal da Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação, na sede da Instituição.

Nesta reunião estiveram presentes todos os membros do Conselho Fiscal, bem como o Presidente do Conselho Administração, Sr. Pe. Armin Kümin. O Presidente deu por aberta a sessão e propôs como ordem do dia analisar as Contas e o Relatório de Gestão do ano de dois mil e dezanove.

Iniciando a ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Administração fez uma breve análise das Contas e do Relatório de Gestão, e informou que a Fundação teve no exercício em análise resultado negativo de € 1.667,57 (mil seiscentos sessenta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos).

De seguida, e de acordo com o artº 22 dos estatutos, procedeu-se à análise e apreciação das contas.

Após análise das Contas e do Relatório de Gestão de dois mil e dezanove, verificou-se que as mesmas obedeceram às normas estatutárias e demais requisitos legais, pelo que foram aprovadas pelo Conselho Fiscal.

Nada mais havendo a tratar, o presidente do Conselho Fiscal deu por encerrada a sessão, sendo lavrada a presente acta, que vai assinada por todos os membros presentes.

Nuno Miguel Feliciano Francisco do Nascimento

Aneísio Oliveira

Ana Maria Abreu R.A. Pereira